



Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais
Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF
Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária,
Patrimonial e Contábil – COPAC
Célula de Gestão dos Encargos Gerais do Estado - CENGE
Célula de Estudos e Normas Contábeis - CENOC

Nota Técnica CENGE/CENOC Nº 02/2023

MANUAL DE REGULARIDADE FISCAL

SUMÁRIO:

Sumário

1. OBJETIVO	2
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	2
3. DA REGULARIDADE FISCAL	3
4. DOS PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL..	5
4.I - CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	5
4.I.1. Consulta da Situação Fiscal.....	5
4.I.2 Regularização das pendências constantes no relatório de situação fiscal (RFB/PGFN)	7
4.II - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.....	16
4.III - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - CRF/FGTS	17
4.IV - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PATRIMONIAIS RELATIVA A TERRENOS DA UNIÃO OCUPADOS PELO ESTADO DO CEARÁ	18
4.V - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	19
4.VI - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA ESTADUAL.....	20
4.VII - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA MUNICIPAL DO DOMICÍLIO DAS UNIDADES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE.....	20
4.VIII - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
ANEXO I à Instrução Normativa CENGE/CENOC nº 02/2023 - Manual de Regularidade Fiscal	23

Nota Técnica CENGE/CENOC nº 02/2023

Manual de Regularidade Fiscal

1. OBJETIVO

Considerando a necessidade de prevenção de desconformidades e manutenção da regularidade fiscal, especialmente perante a Receita Federal do Brasil, a presente Nota Técnica visa disciplinar os procedimentos a serem realizados pelas Unidades Gestoras vinculadas ao Estado do Ceará para emissão da documentação comprobatória de regularidade fiscal e elucidação das pendências porventura evidenciadas na expedição de tais documentos.

As instruções contidas neste Manual devem ser observadas por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado do Ceará, aplicando-se, no que couber, aos Poderes Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público, Tribunal de Contas e à Defensoria Pública, em conformidade com que dispõe o art. 162 da Lei Estadual nº 9.809/1973.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Estadual nº 15.211, de 23 de agosto de 2012, dispõe sobre as inscrições da administração pública estadual no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira, administrativa e no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC); e prevê em seu artigo 7º o disposto a seguir:

“Art. 7º O titular ou dirigente máximo de Órgão, Entidade ou Fundo integrante dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios deverá manter atualizada a documentação comprobatória da respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, bem como atender a todas as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC, no que se refere às inscrições no CNPJ, no formato matriz e filial, sob sua responsabilidade.

(...)

§ 2º A gestão e os procedimentos específicos para a manutenção da regularidade a que se refere o caput deste artigo serão regidos por regulamento específico.”

Tendo em vista a necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento e manter o controle da regularidade exigida pelo CAUC, o regulamento previsto no § 2º da Lei Estadual nº 15.211/2012 foi editado pelo Estado do Ceará por meio do Decreto Estadual nº 32.301, de 09 de agosto de 2017.

O Decreto Estadual nº 32.301/2017 prevê em seus dispositivos competências à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) como o de representar o Poder Executivo do Estado do Ceará junto à RFB para monitorar a situação das inscrições de CNPJ do Poder Executivo, manter atualizada a documentação comprobatória da respectiva regularidade e atender a todas as exigências previstas no CAUC, no que se refere à inscrição principal do Estado do Ceará no CNPJ, conforme disposto a seguir, *in verbis*:

“Art. 8º A SEFAZ manterá relação atualizada de inscrições de todos os órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual no CNPJ para fins de controle e acompanhamento.

(...)

Art. 9º Compete à SEFAZ representar o Poder Executivo do Estado do Ceará junto à Receita Federal do Brasil para monitorar a situação das inscrições de CNPJ do Poder Executivo.

(...)

Art. 15. Compete à SEFAZ manter atualizada a documentação comprobatória da respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira, bem como atender a todas as exigências previstas no CAUC, no que se refere à inscrição principal do Estado do Ceará no CNPJ, (...).”

Dessa forma, as unidades gestoras deverão disponibilizar à SEFAZ, em caráter compulsório, os documentos/informações necessários para execução das competências outorgadas ao órgão pelo Decreto Estadual nº 32.301/2017.

3. DA REGULARIDADE FISCAL

A Regularidade Fiscal corresponde à emissão de certidões que comprovem a existência ou não, de débitos perante a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios.

O Artigo 13 do Decreto Estadual nº 32.301/2017 prevê que a Regularidade Fiscal compreende os seguintes documentos:

I - Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo, inclusive, as contribuições sociais previstas nas

alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 , de 24 de julho de 1991;

II - Certidão negativa de débitos - CND das obras de construção civil;

III - Certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço - CRF/FGTS;

IV - Certidão negativa de débitos patrimoniais relativa a terrenos da União ocupados pelo Estado do Ceará;

V - Certidão negativa de débitos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural;

VI - Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Estadual;

VII - Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal do domicílio das unidades do órgão ou entidade; e

VIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Mencionado dispositivo (artigo 13) do Decreto Estadual nº 32.301/2017 trata dos documentos e informações concernentes à Regularidade Fiscal e prevê em seus §§ 2º ao 5º o disposto a seguir:

“§ 2º Compete à SEPLAG orientar os órgãos, entidades e fundos na manutenção da regularidade previdenciária e patrimonial dos CNPJs dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

§ 3º As provas de regularidade previstas neste artigo deverão ser arquivadas em ordem cronológica, à medida que as referidas certidões forem atualizadas, para possibilitar a verificação, a qualquer momento, de todo o histórico da regularidade do órgão, entidade ou fundo.

§ 4º A renovação de certidão ou certificado a que se refere este artigo deverá ser providenciada com antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias do final da vigência da certidão ou certificado anterior, salvo se o prazo de validade for de período menor ou igual ao acima estabelecido, caso em que a renovação deverá ser efetuada até 10 (dez) dias antes do seu vencimento.

§ 5º Na impossibilidade de obtenção da certidão negativa ou certificado de regularidade, em função da existência de débitos com exigibilidade suspensa, deverá ser providenciada certidão ou certificado positivo, com efeito de certidão negativa.”

Ressaltamos que as certidões previstas nos incisos I, III, IV, VII e VIII do artigo 13 do Decreto Estadual nº 32.301/2017 estão disponibilizadas no site da Sefaz, no endereço eletrônico <https://www.sefaz.ce.gov.br/transparencia/regularidade-fiscal/> .

4. DOS PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL

Evidenciaremos a seguir os procedimentos para emissão e saneamento de pendências das certidões/documentos de Regularidade Fiscal.

4.1 - CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

A emissão de CND conjunta de débitos federais e dívida ativa da União deve ser emitida no link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/EF/Consultar>



Receita Federal
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Buscar no portal

Perguntas Frequentes | Contato | Serviços | Dados Abertos | Área de Imprensa | Onde Encontrar | Avisos | English | Español

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

== Consulta certidão emitida para entes federativos

Permite a consulta de certidão dentro do período de validade para o CNPJ pesquisado de ente federativo, seus órgãos e fundos públicos.

Não é possível a consulta de Certidão RFB/PGFN Positiva.

CNPJ:

Consultar Limpar


Caso haja impeditivos na emissão da CND, a UG deve acessar o portal e-CAC da Receita Federal do Brasil para consultar sua situação e regularizar as eventuais pendências constantes no relatório situação fiscal, conforme a seguir.

4.1.1. Consulta da Situação Fiscal

Acessar o portal e-CAC no link: <https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>

eCAC - Centro Virtual de Atendimento

cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login



Recita Federal
eCAC
CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO

Para cadastrar um procurador, o contribuinte pode utilizar:

- a opção "Procuração Eletrônica", disponível no Portal e-CAC (o contribuinte e seu procurador precisam ter Conta GovBr com nível de confiabilidade Prata ou Ouro);
- a opção "Solicitação de Procuração para a Receita Federal", disponível fora do Portal e-CAC (apenas o procurador precisa ter Conta GovBr com nível de confiabilidade Prata ou Ouro).

Restrições de Acesso:

Entre 16 e 31/05, prazo final de entrega da Declaração de Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física:

- durante o período das 8h às 23h, será permitido somente o acesso humano ao e-CAC ou por ferramentas automatizadas de baixa repetição, limitadas a 500 requisições por segundo de uma mesma origem;
- a alteração de perfil de acesso também ficará limitada, podendo ser realizada somente a cada 30 segundos.

ATENÇÃO:
As informações contidas nos sistemas informatizados da Administração Pública estão protegidas por sigilo. Todo acesso é monitorado e controlado. Ao dar continuidade à navegação neste serviço o usuário declara-se ciente das responsabilidades penais, civis e administrativas descritas na Política de Privacidade e Uso.

CÓDIGO DE ACESSO

CPF/CNPJ

CÓDIGO DE ACESSO

SENHA

Avançar

Saiba como gerar o código de acesso

ACESSO GOVBR

O GovBR é um serviço online de identificação e autenticação digital do cidadão em único meio, para acesso aos diversos serviços públicos digitais.

Entrar com gov.br

Saiba mais sobre GOVBR

Entrar com 'gov.br' > Seu Certificado Digital (eCNPJ do órgão ou eCPF do representante legal ou de um procurador legal) > Certidões e Situação Fiscal > Consulta Pendências > Situação Fiscal > Gerar Relatório (PDF).

gov.br - Acesse sua conta

ssso.acesso.gov.br/login?client_id=cav.receita.fazenda.gov.br&authorization_id=18876e70766

gov.br

Alto Contraste



gov.br

Uma **conta gov.br** garante a identificação de cada cidadão que acessa os serviços digitais do governo

Identifique-se no gov.br com:

Número do CPF

Digite seu CPF para **criar** ou **acessar** sua conta gov.br

CPF

Digite seu CPF

Continuar

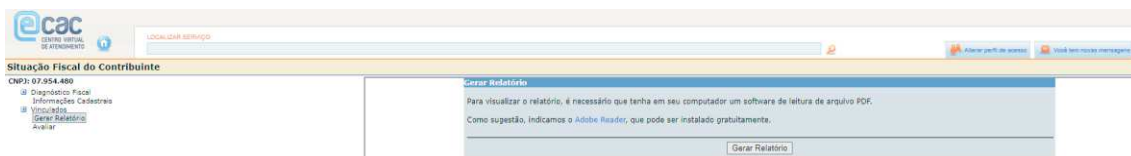
Outras opções de identificação:

Login com seu banco

Login com QR code

Seu certificado digital

Seu certificado digital em nuvem


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
 PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
 INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CNPJ do certificado: 07.954.480/0001-79

01/06/2023 09:23:50

Página: 1 / 69

CNPJ: 07.954.597 - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 07.954.597/0001-52
 UA de Domicílio: DRF FORTALEZA-CE
 Endereço: AV ALBERTO NEPOMUCENO, 2
 Bairro: CENTRO
 CEP: 60055-000 Município: FORTALEZA UF: CE
 Responsável: 878.372.005-78 - FABRIZIO GOMES SANTOS
 Situação: ATIVA
 Natureza Jurídica: 102-3 - ORGAO PUBL. DO PODER EXEC ESTADUAL OU DO DF
 CNAB: 8411-6/00 - Administração pública em geral
 Porte da Empresa: DEMAIS

Código da UA: 03.101.00

Ente Federativo Responsável: 07.954.480/0001-79
 Data de Abertura: 30/12/1974

Sócios e Administradores

QUADRO SOCIETÁRIO NÃO OBRIGATÓRIO POR SUA NATUREZA JURÍDICA

Certidão Emitida

CNPJ: 07.954.597/0001-52
 Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: 3EB3.1D1A.BB94.9C63 Emissão: 12/02/2022 Data de Validade: 11/08/2022
 Emitida com liberação da RFB e PGFN

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Omissão de DCTFWeb*

(Período de Apuração) 2023 - MAI

*Ausência de entrega de DCTFWeb original ou de retificadora em andamento

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas para esse contribuinte nos controles da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

4.1.2 Regularização das pendências constantes no relatório de situação fiscal (RFB/PGFN)

4.1.2.1 Pendência de Omissão de Declaração

Ocorre quando a Receita Federal não identifica alguma declaração obrigatória em situação ATIVA.

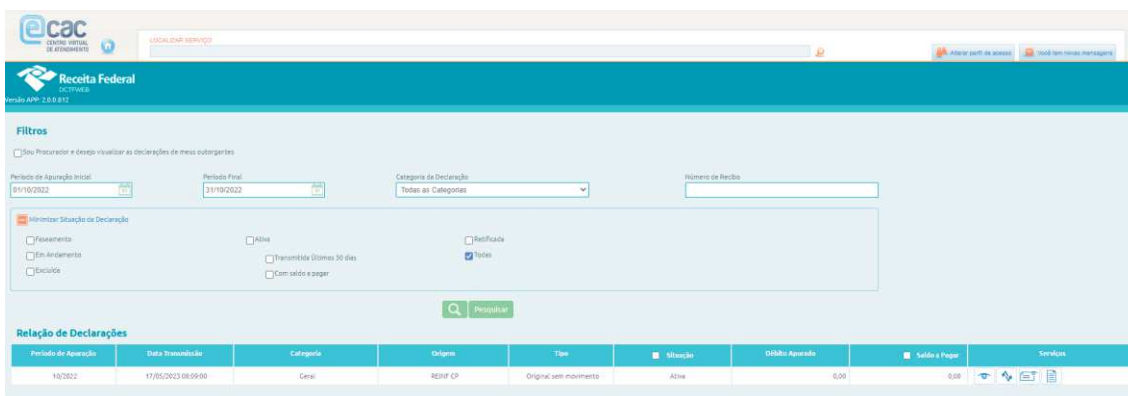
4.1.2.1.1 Pendência de Omissão de Declaração: Omissão de DCTF

- a) Deve-se verificar se o período de apuração (PA) informado com omissão de envio possui ou não movimento (valores que foram ou deveriam ter sido recolhidos);
- b) Caso não haja movimento no PA, deve-se enviar uma DCTF SEM MOVIMENTO através do Programa Gerador da Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (PGD-DCTF).
- c) Caso haja movimento no PA, deve-se enviar uma DCTF com os respectivos valores a recolher ou recolhidos através do Programa Gerador da Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (PGD-DCTF)
- d) PRAZO DE ENVIO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil do SEGUNDO mês subsequente ao do fato gerador.
- e) Orientações Gerais e PGD-DCTF disponíveis para download em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dctf>
- f) Norma Regulamentadora: IN RFB nº 2.005/2021 disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=115131>
- g) Exceção: valores referentes ao IRRF (**a qualquer título**), posto que o produto de arrecadação desse imposto pertence integralmente ao **Tesouro Estadual**, não se devendo declará-los em DCTF e/ou DCTFWeb, conforme artigo 12, §§ 7º, 12 e 13 da IN RFB nº 2.005/2021.

4.1.2.1.2 Pendência de Omissão de Declaração: Omissão de DCTFWeb

- a) Deve-se verificar se o período de apuração (PA) informado com omissão de envio possui ou não movimento (valores que foram ou deveriam ter sido recolhidos);
- b) Caso não haja movimento no PA, deve-se transmitir uma DCTFWeb SEM MOVIMENTO, gerada pelo encerramento do mesmo PA OU na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (**EFD-Reinf**) OU no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (**eSocial**), e transmitida via portal eCAC da Receita Federal.
 - b.1) Acesso à DCTFWeb no eCAC:
 - ➔ Declaração e Demonstrativos - Assinar e Transmitir DCTFWeb – Informar nos filtros o PA que deseja acessar

- ➔ Verificar se a SITUAÇÃO do PA está “EM ANDAMENTO” e realizar a transmissão, clicando em “TRANSMITIR”, para a situação ficar “ATIVA”.



Filtros

☐ Seu Procurador e deseja visualizar as declarações de seus subagentes

Período de Apuração Inicial: 01/10/2022 Período Final: 31/10/2022 Categoria da Declaração: Todas as Categorias Número de Recibo:

Minimizar Situação da Declaração

☐ Finalizada ☐ Ativa ☐ Retificada ☒ Todas

☐ Em andamento ☐ Transmitida Últimos 30 dias ☐ Com saldo a pagar

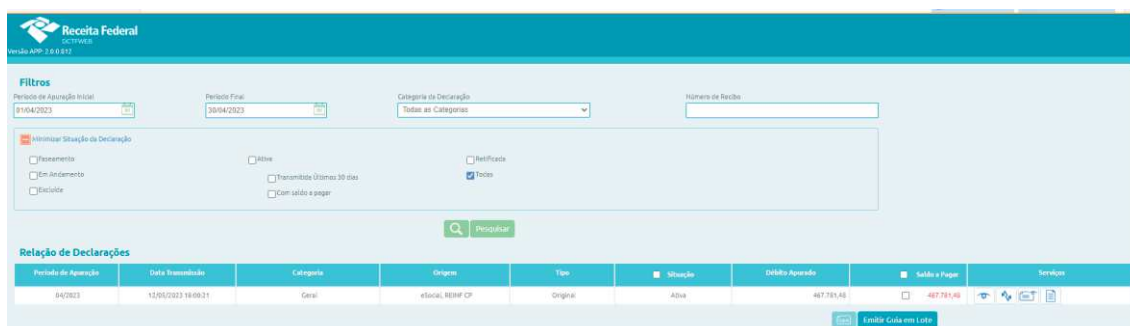
☐ Excluída

Relação de Declarações

Período de Apuração	Data Transmissão	Categoria	Origem	Tipo	Situação	Débito Apurado	Saldo a Pagar	Servicos
10/2022	17/05/2023 08:09:00	Genl	REINF CP	Original sem movimento	Ativa	0,00	0,00	

Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

- c) Caso haja movimento no PA, deve-se transmitir uma DCTFWeb com os respectivos valores a recolher (ou recolhidos por DARF AVULSO), conforme informações enviadas na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) E/OU no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), e transmitida via portal eCAC da Receita Federal.



Filtros

Período de Apuração Inicial: 01/04/2023 Período Final: 30/04/2023 Categoria da Declaração: Todas as Categorias Número de Recibo:

Minimizar Situação da Declaração

☐ Finalizada ☐ Ativa ☐ Retificada ☒ Todas

☐ Em andamento ☐ Transmitida Últimos 30 dias ☐ Com saldo a pagar

☐ Excluída

Relação de Declarações

Período de Apuração	Data Transmissão	Categoria	Origem	Tipo	Situação	Débito Apurado	Saldo a Pagar	Servicos
04/2023	12/05/2023 16:09:31	Genl	eSocial, REINF CP	Original	Ativa	487.781,48	487.781,48	

Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

Ressalta-se que o correto é emitir os DARFs para pagamento dentro da própria DCTFWeb, APÓS a sua devida transmissão. Clicando em “VISUALIZAR”, é possível acessar todos os valores declarados para emitir as guias de pagamento:

DÉBITOS APURADOS			SALDO A PAGAR
Tributos/Códigos de Receita	PA Débito	Débito Apurado	
Total Apurado Empresa 07.954.597/0001-52			467.781,46
Total CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SEGURADOS		6.809,18	6.809,18
1102-01 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS AVULSOS	04/2023	6.809,18	6.809,18
Total CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL		460.972,30	460.972,30
1102-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS AVULSOS	04/2023	13.972,28	13.972,28
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 03.311.116/0013-73	04/2023	17.323,27	17.323,27
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 04.387.730/0001-66	04/2023	141.291,79	141.291,79
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 05.293.074/0001-87	04/2023	96.716,15	96.716,15
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 06.234.457/0001-62	04/2023	1.043,59	1.043,59
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 07.468.050/0001-47	04/2023	73.663,81	73.663,81
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 10.532.866/0001-40	04/2023	85.731,58	85.731,58
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 12.337.480/0001-60	04/2023	1.100,00	1.100,00
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 12.836.383/0001-75	04/2023	549,98	549,98
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 14.093.430/0001-30	04/2023	1.546,21	1.546,21
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 19.877.300/0001-61	04/2023	1.986,47	1.986,47
1102-01 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/96 - PRESTADOR SERVIÇO: 36.960.590/0001-88	04/2023	25.348,56	25.348,56
1500-01 - CP PATRONAL - CUSTAT AJUSTADO	04/2023	695,61	695,61

Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

As orientações para emissão de DARF através da DCTFWeb estão disponíveis no portal EAD da SEFAZ/CE em: “2. MANUAIS DE EXECUÇÃO>EFD-Reinf>Módulo SIDEC>Orientação DCTFWeb>Emissão de DARF”: http://www2.sefaz.ce.gov.br/ead/pluginfile.php/5556/mod_resource/content/337/Tutorial%20SiafeCE/EAD%202021/static/efd-reinf.html

c.1) Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf):

A SEFAZ/CE disponibilizou um sistema chamado “Sistema de Declarações à Receita Federal – SIDEC”, desenvolvido exclusivamente para cumprir esta obrigação. Link: <https://siafe.sefaz.ce.gov.br/Sidec/>



Sistema de Declarações à Receita Federal

As opções de menu serão apresentadas em conformidade com o perfil do usuário.

Versão: 1.1.8 - Build: 202304250919

Usuário

Senha

Login

[Esqueceu sua senha?](#)

- - O acesso ao sistema e as solicitações e dúvidas relacionadas à EFD-Reinf devem ser requeridos via ferramenta ASSYST no serviço específico “TESOURO – EFD-Reinf (Módulo SIEDEC)”. Link: <https://assyst.sefaz.ce.gov.br/assystnet/>
- - Os materiais de apoio e os mini vídeos explicativos para operacionalizar o sistema SIEDEC estão disponíveis em:
- http://www2.sefaz.ce.gov.br/ead/pluginfile.php/5556/mod_resource/content/337/Tutorial%20SiafeCE/EAD%202021/static/efd-reinf.html
- - Eventos da EFD-Reinf pertinentes aos órgãos públicos:

-> A partir de 08/2022:

Evento	Enviado quando o órgão público
R-2010 - Retenção de contribuição previdenciária - serviços tomados	Contratar a prestação de um serviço, realizado mediante cessão de mão de obra, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
R-2040 - Recursos repassados para associação desportiva	Patrocinar uma associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
R-2055 - Aquisição de produção rural	Adquirir a produção rural de um produtor rural pessoa física ou de um segurado especial.
R-2098 - Reabertura dos eventos da série R-2000	Precisar reabrir um movimento fechado pelo envio do evento R-2099
R-2099 - Fechamento dos eventos da série R-2000	Concluir o envio de seus eventos periódicos

Fonte: Manual de Orientação do Usuário da EFD-Reinf (versão 1.5.1.5), RFB, 2022.

-> A partir de 09/2023:

Evento	Enviado quando o órgão público
R-2010 - Retenção de contribuição previdenciária - serviços tomados	Contratar a prestação de um serviço, realizado mediante cessão de mão de obra, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
R-2040 - Recursos repassados para associação desportiva	Patrocinar uma associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
R-2055 - Aquisição de produção rural	Adquirir a produção rural de um produtor rural pessoa física ou de um segurado especial.
R-2098 - Reabertura dos eventos da série R-2000	Precisar reabrir um movimento fechado pelo envio do evento R-2099
R-2099 - Fechamento dos eventos da série R-2000	Concluir o envio de seus eventos periódicos

R-4010 – Pagamentos/créditos a beneficiário pessoa física	Efetuar pagamento ou crédito a beneficiário pessoa física.
R-4020 – Pagamentos/créditos a beneficiário pessoa jurídica	Efetuar pagamento ou crédito a beneficiário pessoa jurídica.
R-4099 – Fechamento/reabertura dos eventos da série R-4000	Concluir o envio de seus eventos periódicos ou precisar reabrir um movimento fechado da série R-4000

Fonte: Manual de Orientação do Usuário da EFD-Reinf (versão 2.1.2), RFB, 2023.

c.2) Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (**eSocial**):

TODAS as demandas relacionadas ao eSocial devem ser tratadas **exclusivamente** com a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

- d) PRAZO DE ENVIO (EFD-Reinf/eSocial/DCTFWeb): Até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do fato gerador. Caso não seja um dia útil, ANTECIPAR o envio para o dia útil imediatamente anterior.
- e) Manuais e Orientações Gerais da DCTFWeb disponíveis para download em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/DCTFWeb>
- f) Norma Regulamentadora: IN RFB nº 2.005/2021 disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=115131>

4.1.2.1.3 Pendência de Omissão de Declaração: Omissão de GFIP

- a) Deve-se verificar se o período de apuração (PA) informado com omissão de envio possui ou não movimento (valores que foram ou deveriam ter sido recolhidos);
- b) Caso não haja movimento no PA, deve-se gerar uma GFIP SEM MOVIMENTO através do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) e posteriormente transmitida pelo Sistema Conectividade Social ICP, ambos disponibilizados pela CAIXA Econômica Federal (CEF).
- c) Caso haja movimento no PA, deve-se gerar uma GFIP com os respectivos valores a recolher ou recolhidos através do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) e posteriormente transmitida pelo Sistema Conectividade Social ICP, ambos disponibilizados pela CAIXA Econômica Federal (CEF).

TODAS as demandas relacionadas à GFIP devem ser tratadas **exclusivamente** com a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

4.1.2.2 Pendência de Débito (Situação Devedora)

Quando o Relatório de Situação Fiscal apresenta débitos como pendências, é necessário verificar se todas as informações escrituradas na EFD-Reinf e/ou eSocial estão convergentes com os pagamentos realizados. Abaixo elucida-se um exemplo de Pendências – Débito:

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal					
Pendência - Débito (SIEF)					
Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	VL.Original	Sdo.Devedor	Situação
1138-21 - CP-PATRONAL	2022	20/12/2022	4.201,09	42,03	DEVEDOR
1162-01 - CP-PATRONAL	10/2022	18/11/2022	88.186,53	88.186,53	DEVEDOR
CNPJ do prestador/incorporação: 07.047.183/0001-40					
1162-01 - CP-PATRONAL	10/2022	18/11/2022	29.519,38	29.519,38	DEVEDOR
CNPJ do prestador/incorporação: 07.783.832/0001-70					
1162-01 - CP-PATRONAL	02/2023	20/03/2023	88.106,72	88.106,72	DEVEDOR
CNPJ do prestador/incorporação: 07.047.183/0001-40					
1162-01 - CP-PATRONAL	03/2023	20/04/2023	88.681,01	88.681,01	DEVEDOR
CNPJ do prestador/incorporação: 07.047.183/0001-40					
1162-01 - CP-PATRONAL	03/2023	20/04/2023	23.756,61	23.756,61	DEVEDOR
CNPJ do prestador/incorporação: 07.783.832/0001-70					

Fonte: Relatório de Situação Fiscal (eCAC), RFB, 2023.

4.1.2.2.1 Pendência de Débito: Erros Técnicos nas Informações do DARF pago

Caso seja verificado que houve pagamento do valor, porém com alguma informação diversa do constante na DCTFWeb, deve-se abrir processo no eCAC de solicitação de “Retificação de Documento de Arrecadação – REDARF” para que seja ajustada a incorreção e seja dada baixa na(s) pendência(s).

Para abrir o processo deve-se seguir o fluxo indicado no portal EAD da SEFAZ/CE em: “2. MANUAIS DE EXECUÇÃO>EFD-Reinf>Módulo SIDEC>Procedimento Retificação de DARF-REDARF”.

O formulário de REDARF também se encontra no link http://www2.sefaz.ce.gov.br/ead/pluginfile.php/5556/mod_resource/content/337/Tutorial%20SiafeCE/EAD%202021/static/efd-reinf.html obtido em: “2. MANUAIS DE EXECUÇÃO>EFD-Reinf>Módulo SIDEC>Formulário_REDARF DCTFWeb”.

-> POSSÍVEIS ERROS TÉCNICOS:

- Código de Receita
- Período de Apuração (PA)
- CNPJ do Contribuinte (Órgão)
- CNPJ do Prestador do Serviço

4.1.2.2.2 Pendência de Débito: Pagamento com documento de arrecadação/guia equivocada

Caso seja verificado que houve recolhimento de valor, porém com guia de recolhimento equivocada (Ex: pagamento realizado por Guia da Previdência Social (GPS) em vez de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF)) deve-se abrir processo no eCAC de solicitação de “Conversão de GPS em DARF” para que seja ajustada a incorreção e seja dada baixa na(s) pendência(s).

Para abrir o processo deve-se seguir o fluxo indicado no portal EAD da SEFAZ/CE em: “2. MANUAIS DE EXECUÇÃO>EFD-Reinf>Módulo SIDEC>Procedimento Conversão de GPS X DARF”

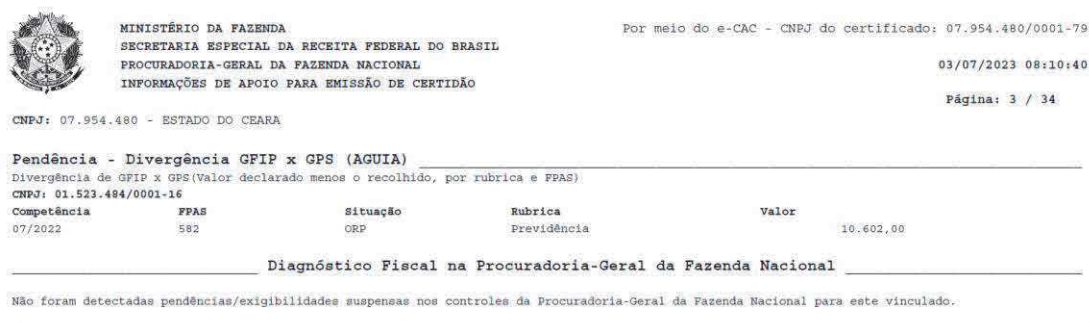
O formulário de conversão de GPS em DARF também se encontra no link http://www2.sefaz.ce.gov.br/ead/pluginfile.php/5556/mod_resource/content/337/Tutorial%20SiafeCE/EAD%202021/static/efd-reinf.html : “2. MANUAIS DE EXECUÇÃO>EFD-Reinf>Módulo SIDEC>Formulário_conversao gps-darf”.

4.1.2.2.3 Pendência de Débito: Inadimplência

Caso seja constatado que NÃO houve pagamento do valor, deve-se emitir DARF **atualizado** através da DCTFWeb, conforme orientações do subitem 2.1.2, “c”, e realizar a quitação do débito.

4.1.2.2.4 Pendência de Débito: Divergência de GFIP X GPS

Deve-se verificar se todas as informações apresentadas na GFIP estão convergentes com os pagamentos realizados por meio de GPS:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CNPJ do certificado: 07.954.480/0001-79

03/07/2023 08:10:40

Página: 3 / 34

CNPJ: 07.954.480 - ESTADO DO CEARÁ

Pendência - Divergência GFIP x GPS (AGUIA)

Divergência de GFIP x GPS (Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS)

CNPJ: 01.523.484/0001-16

Competência	FPAS	Situação	Rubrica	Valor
07/2022	582	ORP	Previdência	10.602,00

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para este vinculado.

Após análise, caso se tenha realizado pagamento a menor, deve-se recolher a diferença por meio de GPS, mas caso os recolhimentos estejam corretos, e tenham sido informados de maneira equivocada na GFIP, deve-se retificar essa declaração de modo que o valor escriturado seja igual aos recolhimentos.

Ressalta-se que a GFIP foi SUBSTITUÍDA pela DCTFWeb como instrumento de confissão de dívida e de constituição do crédito tributário previdenciário desde o PA 10/2022 – conforme art. 19 da IN RFB 2.005/2021.

Dessa forma, somente para fatos geradores ocorridos antes desse PA os valores devem ser pagos por meio de GPS. A partir da referida competência (10/2022) os valores devem ser pagos exclusivamente por meio de DARF numerado emitido pela DCTFWeb, de acordo com a alínea “c” do subitem 4.1.2.1.2.

4.1.2.3 Pendência de Processo Fiscal

A pendência de processo fiscal se refere a uma ação fiscal realizada pela Receita Federal na qual esta vislumbra alguma irregularidade e lança contra o contribuinte o referido débito apurado.

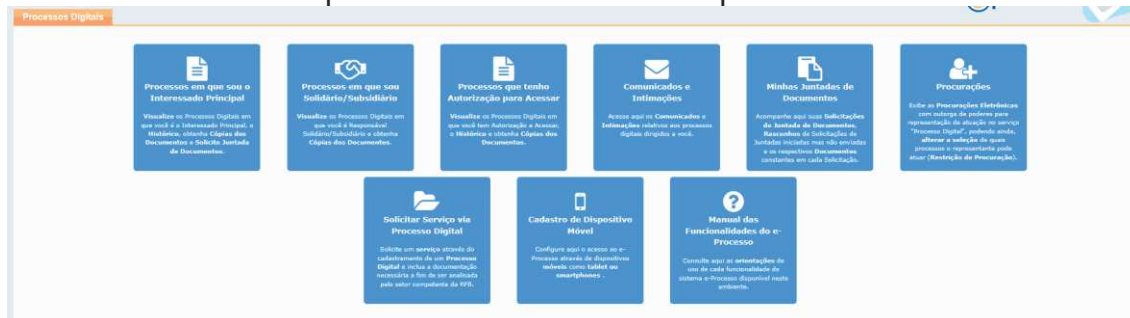
Nestes casos é necessário analisar o processo aberto, cujo número constará no Relatório de Situação Fiscal, para tomar as devidas providências. É possível obter a cópia do referido processo no caminho abaixo:

➔ Legislação e Processo – Processos Digitais (e-Processo)




Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

➔ Processos em que sou o Interessado Principal:



Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

- ➔ Digitar o número do processo e clicar em “Consultar Documentos” e após em “Obter Cópia Integral do Processo”:



Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.



Nome do Documento	Página Inicial	Página Final	Download Realizado	Informações
Ficha de Identificação	1	1	Sim	
Mensagem Eletrônica (e-mail) - OFÍCIO n. 00407/2023/CORETRABAP/PRUSA/PQU/AGU - PROCESSO - 0000616-68.2022.5.07.0006	2	2	Sim	
Ofício - n. 00407/2023/CORETRABAP/PRUSA/PQU/AGU	3	4	Sim	
Documentos Comprobatórios - Outros - Anexo 1 - PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00037/2023/CORETRABAP/PRUSA/PQU/AGU	5	6	Sim	
Documentos Comprobatórios - Outros - Anexo 2 - SENTENÇA	7	14	Sim	
Despacho de Encaminhamento	15	15	Sim	
Despacho de Encaminhamento	16	16	Sim	
Documentos Comprobatórios - Outros - Re/Compro-30 S 22 003560-10	17	18	Não	
Despacho de Encaminhamento	19	19	Não	
Notificação - Outros - 19/2023/GERAP/CGDAU/PQAS/PRFUS/PQU/MP	20	20	Não	

Fonte: Centro Virtual de Atendimento (eCAC), RFB, 2023.

- ➔ Caso seja constatada a necessidade, deve-se encaminhar o processo para análise e providências da Procuradoria Geral do Estado do Ceará (PGE-CE).

4.1.2.4 Outras Pendências

As demais pendências que se apresentem no Relatório do Situação Fiscal e que não estejam tratadas neste manual podem ser objeto de consulta junto à Secretaria da Fazenda, através da ferramenta “ASSYST” conforme orientação do subitem 4.1.2.1.2, “c.1”, caso o usuário necessite de maiores esclarecimentos e não os tenha obtido junto à Receita Federal do Brasil pelo portal eCAC.

4.II - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

A emissão de CND das obras de construção civil deve ser emitida no link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/OBRA/Consultar>.

Para consultar ou emitir 2ª via de CND/CPEN (Certidão Positiva com Efeito de Negativa) é necessário informar o Cadastro Nacional de Obras - CNO

da referida obra, cuja consulta pode ser realizada em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-cadastro-de-obra-de-construcao-civil>.



Receita Federal
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Buscar no portal

Perguntas Frequentes | Contato | Serviços | Dados Abertos | Área de Imprensa | Onde Encontrar | Autoss | English | Español

Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

Consultar certidão

Permite consultar e emitir 2ª via de CND e CPEND por data de emissão ou validade para o CND pesquisado. Para confirmar a autenticidade, emitir 2ª via e verificar tipo de certidão, endereço, responsável, código de controle e data de validade. Se a finalidade da certidão for averbação de edificação no registro de imóveis, confirmar categoria, destinação e área.

Abrange certidões emitidas a partir de 01/06/2021 nos termos de Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014 e Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021.

CND:

Período a partir de 01/06/2021:

Consultar Limpar

4.III - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - CRF/FGTS

Apresenta a regularidade quanto às contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e reflete registro constante da base de dados da Caixa Econômica Federal (CAIXA), conforme as informações disponíveis no Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS).

A emissão do Certificado de Regularidade quanto às contribuições para o FGTS constitui uma das exigências para a realização de transferência voluntária, condição para habilitação nos processos licitatórios e para a celebração de instrumentos de convênios e contratos de repasse, conforme previsão do artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 101/2000; artigos 29, inciso IV, e 116 da Lei nº 8.666/1993 e art. 22, III, da Portaria Interministerial nº 424/2016, respectivamente.

A comprovação de regularidade perante o FGTS pode ser realizada de duas formas:

I – Emissão de CRF no portal da CEF: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ;


CAIXA

Consulta Regularidade do Empregador

Estar regular perante o FGTS é condição obrigatória para que o empregador possa relacionar-se com os órgãos da Administração Pública e com instituições oficiais de crédito. Nesta página você poderá consultar a situação de regularidade do empregador e obter o correspondente Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, para os fins previstos em Lei.

Crêterios de Pesquisa

Informe a inscrição da Empresa, CNPJ ou CEI, somente números, e deixe em branco a UF.
 Para inscrição CAEPF, informar o CEI vinculado.
 Para efetuar a consulta pelo CNPJ básico, informe também a UF do estabelecimento.

Tipo de Inscrição: CNPJ
 Inscrição:
 UF:

 Consultar

II – Consulta ao Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC) no portal da STN (Grupo I – item 1.3):
https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/sti/iframe_sti.jsf

Atendimento aos Requisitos Fiscais

Legenda			
Obs.: Clique no código ou descrição de um Item Legal para detalhá-lo			
Grupo	Obrigações de Adimplência Financeira		
I		Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	
		Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	

4.IV - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PATRIMONIAIS RELATIVA A TERRENOS DA UNIÃO OCUPADOS PELO ESTADO DO CEARÁ

A emissão de certidão negativa de débitos patrimoniais relativa a terrenos da União ocupados pelo Estado do Ceará deve ser emitida no seguinte portal:
<https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/#/conteudo/22>



4.VI - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA ESTADUAL

A emissão de certidão negativa de débitos junto à Fazenda Estadual do Ceará deve ser emitida no link: <https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/preparar-consultar>



The screenshot shows the 'CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS - EMISSÃO' page. It features a search form with three radio buttons: 'CPF (pessoas físicas)', 'CNPJ (pessoas jurídicas)' (selected), and 'CGF (contribuintes do Estado do Ceará)'. A text field for 'CPF/CNPJ/CGF' is to the right. A green 'Pesquisar' button is below. At the bottom, a table header is visible with columns: Status, CNPJ / CPF, Nº, Razão Social, Emitida via internet em, Hora, Validade, and Ações.

4.VII - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA MUNICIPAL DO DOMICÍLIO DAS UNIDADES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

A emissão de certidão negativa de débitos junto à Fazenda Municipal de Fortaleza deve ser emitida no link: <https://grpfor.sefin.fortaleza.ce.gov.br/grpfor/pagesPublic/certidoes/emitirCertidao.seam>

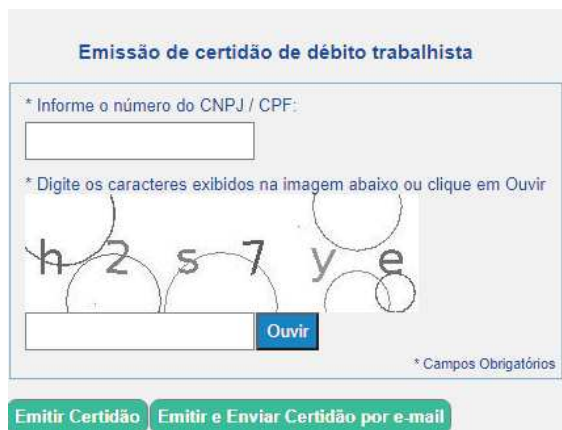


The screenshot shows the 'Emitir Certidão' page. It includes a dropdown for 'Tipo de Certidão (*)' with 'Certidão Negativa de Débitos de Tribul' selected. Below are radio buttons for 'Tipo Pessoa': 'Física' and 'Jurídica' (selected). A text field for 'CNPJ (*)' is present. A CAPTCHA section with the text 'Preencha de acordo com a imagem ao lado *' and 'Insira os caracteres aqui' is shown, with the characters 'W043Y8' visible. At the bottom are 'Emitir' and 'Limpar' buttons.

As UGs que não possuírem domicílio em Fortaleza/CE devem solicitar sua Certidão Municipal junto à respectiva Prefeitura em que estiverem localizadas.

4.VIII - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

A emissão de certidão negativa de débitos trabalhistas deve ser emitida no link: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;jsessionid=ES9s3a4o-D7k5Qeg5Da5h-uovsyyDGsju31TlCoG.cndt-certidao-41-rs6p7>



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Unidades Gestoras (UG's) que apresentarem pendência(s) no Relatório de Situação Fiscal previsto no inciso I do artigo 13 do Decreto Estadual nº 32.301/2017 serão notificadas pela Célula de Gestão dos Encargos Gerais do Estado (CENGE) da SEFAZ para apresentação de informações e/ou documentos digitais no prazo estabelecido pelo Auditor-Fiscal. As informações deverão ser apresentadas no Termo de Justificativa constante no Anexo I a esta Nota Técnica, em formato PDF, apensado juntamente ao(s) documento(s) digital(s) comprobatório(s) e ao respectivo Relatório de Situação Fiscal no serviço 'TESOURO>Regularidade Fiscal' da plataforma Assyst.

Caso a pendência não seja sanada no prazo estipulado na Notificação da CENGE, a UG será bloqueada para execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (Siafe-CE).

A retirada do bloqueio será realizada pela CENGE após a análise individualizada da integridade das informações e/ou documentos digitais enviados e será efetivada em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da última atualização realizada no sistema Assyst pelo órgão ou entidade.

Todos os documentos apensados na plataforma Assyst deverão estar no formato PDF e serem assinados digitalmente pelo contador, seja servidor público ou terceirizado, ou, na sua ausência, pela autoridade superior da UG, podendo

ser utilizada a assinatura digital fornecida pelo GOV.BR regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Compete aos titulares responsáveis pelos órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessória, de forma tempestiva e integral, no intuito de manter a respectiva regularidade de que trata esta Nota Técnica, conforme Art. 13, § 1º, do Decreto Estadual nº 32.301/2017.

Fortaleza, 12 de setembro de 2023.

FELIPE GONDIM
MELO:04247929313

Assinado de forma digital por FELIPE
GONDIM MELO:04247929313
Dados: 2023.09.14 09:55:05 -03'00'

Felipe Gondim Melo

Auditor Fiscal Contábil-Financeiro da Receita Estadual

RENATA REINA MONTENEGRO DE
ALBUQUERQUE:00761009442

Assinado de forma digital por RENATA REINA
MONTENEGRO DE ALBUQUERQUE:00761009442
Dados: 2023.09.14 14:52:20 -03'00'

Renata Reina Montenegro de Albuquerque

Auditora Fiscal Contábil-Financeira da Receita Estadual

De acordo:

GUILHERME
FRANCA
MORAES:7439213
1572

Assinado de forma digital
por GUILHERME FRANCA
MORAES:74392131572
Dados: 2023.09.14
09:18:15 -03'00'

Guilherme França Moraes

Coordenador COGEF

TALVANI RABELO
AGUIAR:505847313
53

Assinado de forma digital por
TALVANI RABELO
AGUIAR:50584731353
Dados: 2023.09.12 12:03:13
-03'00'

Talvani Rabelo Aguiar

Coordenador COPAC

ANEXO I à Instrução Normativa CENGE/CENOC nº 02/2023 - Manual de Regularidade Fiscal

Termo de Justificativa de Irregularidade Fiscal – Referência(s): AAAA/MM; AAAA/MM; (...)

Eu, **(nome completo), (cargo ocupado, matrícula, CPF)**, lotado na(o) **(Código de 6 dígitos da UG e o nome de fantasia)**, apresento para os devidos fins a(s) justificativa(s) para a(s) irregularidade(s) fiscal(is) constante(s) da Certidão de Situação Fiscal prevista no inciso I do art. 13 do Decreto Estadual nº 32.301/2017.

Justificativa(s) para a(s) Inconformidade(s) Constatada(s):

....., de de 20XX

.....
Assinatura do Responsável